



PND

PROVA NACIONAL DOCENTE

LETRAS PORTUGUÊS
E INGLÊS

- ▶ Formação Geral Docente
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL N° 67, DE 22
DE MAIO DE 2026**



BÔNUS
ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PND

PROVA NACIONAL DOCENTE

Letras Português e Inglês

EDITAL Nº 67, DE 22 DE MAIO DE 2026

CÓD: SL-189MA-26
7908433299714

Formação Geral Docente

1. Filosofia da educação.....	7
2. História da educação.....	8
3. Sociologia da educação.....	15
4. Psicologia da educação.....	18
5. Teorias pedagógicas.....	20
6. Didática e metodologias de ensino.....	27
7. Teorias e práticas de currículo.....	29
8. Políticas públicas, organização, financiamento e avaliação da educação brasileira.....	31
9. Metodologia de pesquisa em educação e ensino.....	34
10. Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas.....	38
11. Letramento científico.....	41
12. Educação especial e inclusiva.....	44
13. Libras, cultura e identidade surda.....	51
14. Identidade e especificidades do trabalho docente.....	54
15. Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem.....	57
16. Práticas educativas para crianças, adolescentes, jovens e adultos.....	61
17. Planejamento, organização e gestão democrática educacional em espaço escolar e não escolar.....	64
18. Implementação e avaliação de currículos, programas educacionais e projetos político-pedagógicos.....	66
19. Práticas de articulação entre escola, família, comunidade e movimentos sociais.....	69
20. Histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.....	72
21. Educação, inclusão e direitos humanos.....	75
22. Educação socioambiental.....	77
23. Educação para as relações de gênero e sexualidade.....	81
24. Educação para as relações étnico-raciais.....	84

Conhecimentos Específicos Letras Português e Espanhol

1. Concepções de língua/linguagem, texto e discurso.....	3
2. Correntes linguísticas.....	4
3. Processos de letramentos.....	6
4. Aspectos pragmático-discursivos, fonológicos, morfossintáticos e léxico-gramaticais nos processos de compreensão e produção de textos em língua portuguesa e espanhola.....	8
5. Fenômenos de variação, mudança e preconceito linguístico.....	10
6. Diversidade linguística e seus aspectos geopolíticos.....	12
7. Gêneros discursivos e textuais.....	14
8. Teorias de aquisição, aprendizagem e processamento da linguagem.....	16
9. Métodos e abordagens de ensino de língua e literatura.....	18
10. Tecnologias no ensino e aprendizagem de língua e literatura.....	19
11. Avaliação no ensino de língua e literatura.....	21

ÍNDICE

12. Políticas linguísticas no ensino de língua e literatura.....	24
13. Aspectos decoloniais no ensino de língua e literatura.....	26
14. Articulações entre literatura, cultura e diversidade cultural.....	28
15. Especificidades da linguagem literária	30
16. Gêneros literários: tradição e inovação	32
17. Letramento literário	33
18. Movimentos literários e suas articulações interculturais	35
19. Métodos de investigação e pesquisa na área de língua e literatura	37

FORMAÇÃO GERAL DOCENTE

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Vestigação dos princípios, valores e objetivos que fundamentam a prática educativa. Ela questiona o propósito da educação, os métodos ideais de ensino e as concepções de conhecimento e ética que devem orientar a formação humana. Esse ramo da filosofia é essencial para pensar a educação de forma crítica e fundamentada, pois explora o que significa educar e como o processo educativo contribui para o desenvolvimento individual e social.

▪ O que é Filosofia da Educação?

A Filosofia da Educação é uma área da filosofia que busca responder perguntas fundamentais sobre o sentido e o propósito da educação. Ela se interessa por questões como:

- Por que educamos?
- O que significa ensinar e aprender?
- Qual é o papel da educação no desenvolvimento moral e social do indivíduo?

Essas perguntas formam a base de um campo que, ao longo da história, influenciou o modo como as sociedades entendem e organizam suas instituições educacionais. A filosofia da educação ajuda a definir os valores que orientam as práticas pedagógicas e a esclarecer o que é considerado conhecimento válido, além de influenciar decisões políticas e pedagógicas.

► Principais Correntes Filosóficas e suas Contribuições para a Educação

Cada corrente filosófica apresenta uma visão particular sobre os objetivos da educação, o papel do professor e o desenvolvimento do aluno. Entre as principais correntes, destacam-se:

► Idealismo

O idealismo, influenciado por filósofos como Platão, vê a educação como um processo de desenvolvimento moral e intelectual. Segundo essa corrente, a educação deve promover o crescimento interior e o alinhamento do indivíduo com valores absolutos, como a verdade, a bondade e a beleza. O professor, nesse contexto, é um guia que ajuda o aluno a acessar um conhecimento superior e a desenvolver uma ética elevada.

► Realismo

O realismo, influenciado por Aristóteles, valoriza o ensino de conhecimentos objetivos e concretos sobre o mundo físico e natural. Para o realismo, a educação tem um papel funcional, devendo preparar o indivíduo para a vida prática e para a interação

com o ambiente em que vive. A aprendizagem ocorre principalmente pela observação e pela prática, com o professor agindo como um mediador que ajuda os alunos a compreender o mundo real.

► Pragmatismo

O pragmatismo, desenvolvido por pensadores como John Dewey, considera a educação um processo de construção ativa do conhecimento, fundamentado na experiência e na prática. Segundo essa corrente, a educação deve ser adaptada às necessidades e interesses dos alunos e incentivá-los a resolver problemas e desenvolver habilidades práticas para a vida em sociedade. Dewey defendia uma educação democrática e participativa, onde o professor atua como facilitador e o aluno participa ativamente do processo de aprendizado.

► Existencialismo

O existencialismo, com influências de filósofos como Jean-Paul Sartre, valoriza a liberdade e a autonomia do indivíduo, vendo a educação como um meio de desenvolver a capacidade de escolha e de autoexpressão. Para o existencialismo, a educação deve incentivar a reflexão e a tomada de decisões conscientes, permitindo que o aluno construa sua própria identidade. O professor é um facilitador que incentiva o aluno a descobrir suas próprias respostas e a assumir responsabilidade por suas escolhas.

► Pensadores Influentes na Filosofia da Educação

Ao longo da história, vários pensadores influenciaram o desenvolvimento da filosofia da educação. A seguir, destacamos alguns dos principais nomes e suas contribuições:

▪ Platão

Platão via a educação como um meio para o desenvolvimento da alma e do caráter. Em sua obra *A República*, propôs um sistema educacional que valorizasse o desenvolvimento ético e intelectual, com o objetivo de formar cidadãos capazes de governar de maneira justa. Para Platão, o conhecimento verdadeiro era inato e deveria ser despertado através do ensino.

► Rousseau

Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *Emílio, ou Da Educação*, defendeu a ideia de uma educação natural, onde o aluno aprende por meio de experiências diretas e livres, respeitando o seu desenvolvimento. Ele acreditava que o ambiente deve ser controlado para evitar influências corruptoras e permitir que a criança explore o mundo e descubra sua moralidade e conhecimento de maneira espontânea.

▪ John Dewey

Dewey, considerado o principal expoente do pragmatismo, via a educação como um processo social que prepara o indivíduo para a vida em comunidade. Ele defendia uma educação democrática, onde o aluno participa ativamente e aprende a partir da resolução de problemas reais. Sua ideia de “aprender fazendo” revolucionou a prática pedagógica, tornando o aprendizado um processo ativo e colaborativo.

► Paulo Freire

Paulo Freire, importante educador brasileiro, propôs uma visão de educação como prática da liberdade. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende uma educação dialógica, onde professor e aluno constroem o conhecimento juntos. Sua proposta de educação libertadora visa conscientizar os alunos sobre as injustiças sociais, promovendo uma reflexão crítica que os capacite a transformar a realidade.

► A Filosofia da Educação na Prática Pedagógica

A filosofia da educação impacta diretamente as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Cada escola ou método de ensino reflete valores e pressupostos filosóficos que determinam desde o currículo até a relação entre professor e aluno. Por exemplo:

- Uma abordagem idealista pode valorizar o desenvolvimento ético, enfatizando disciplinas como ética e filosofia.
- O pragmatismo favorece métodos interativos e voltados para a resolução de problemas, como projetos colaborativos e aulas experimentais.
- A educação libertadora de Paulo Freire influencia práticas de ensino que valorizam a dialogicidade, onde o aluno participa da construção do saber e questiona a realidade em que vive.

Ao compreender as bases filosóficas da educação, educadores e formuladores de políticas podem desenvolver métodos e currículos que atendam melhor às necessidades dos alunos, promovendo uma educação integral e crítica.

A Filosofia da Educação nos leva a refletir sobre as escolhas e os valores que fundamentam a educação, possibilitando uma prática mais consciente e ética. Em um cenário de rápidas transformações sociais e tecnológicas, o resgate das bases filosóficas permite questionar o papel da educação e seus impactos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, a Filosofia da Educação não apenas fundamenta a prática educativa, mas também ilumina o caminho para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a melhoria da sociedade.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

► Educação na Antiguidade

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas *edubbas*, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO

FUNDAMENTOS DAS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E LINGUAGEM

► Língua e linguagem como objetos de estudo

Língua como sistema, código e estrutura

A língua pode ser compreendida, em uma concepção mais tradicional e estrutural, como um sistema organizado de signos compartilhado por uma comunidade. Nessa perspectiva, ela funciona como um conjunto de regras, unidades e combinações que permitem a comunicação entre os falantes. Sons, palavras, frases, classes gramaticais, estruturas sintáticas e normas de funcionamento compõem esse sistema. Essa visão foi importante para consolidar o estudo científico da língua, pois permitiu descrevê-la de modo organizado, observando regularidades internas e relações entre seus elementos.

Quando a língua é vista principalmente como código, a comunicação tende a ser entendida como transmissão de mensagens entre emissor e receptor. O falante codifica uma ideia, o ouvinte decodifica, e a língua aparece como instrumento relativamente estável para transportar informações. Essa concepção contribuiu para práticas escolares centradas na correção formal, na gramática normativa, na identificação de classes de palavras, na análise sintática e na busca por um uso considerado “correto” da língua. Embora esses conhecimentos sejam relevantes, tornam-se limitados quando tratados como finalidade única do ensino, pois não dão conta da complexidade dos usos reais da linguagem.

A língua, portanto, não é apenas um conjunto de regras abstratas. Ela existe socialmente, é usada por sujeitos concretos, varia conforme contextos, grupos, regiões, situações comunicativas e finalidades. Mesmo quando se estuda sua estrutura, é necessário compreender que essa estrutura ganha sentido no uso. Uma frase gramaticalmente correta pode ser inadequada em determinada situação; uma expressão informal pode ser plenamente eficaz em outro contexto. Assim, a língua deve ser estudada tanto em sua organização interna quanto em sua relação com a vida social.

Linguagem como atividade humana, social e histórica

A linguagem é mais ampla que a língua. Enquanto a língua se refere a um sistema verbal específico, como o português, a linguagem envolve a capacidade humana de produzir sentidos por diferentes meios: palavras, gestos, imagens, sons, expressões corporais, sinais, símbolos, recursos digitais e outras formas semióticas. Por meio da linguagem, os sujeitos não apenas comunicam informações, mas constroem relações, expressam identidades, disputam sentidos, organizam experiências, transmitem saberes e participam da vida social.

Compreender a linguagem como atividade social significa reconhecer que todo uso linguístico acontece em uma situação concreta. Ninguém fala ou escreve no vazio. Há sempre interlocutores, objetivos, posições sociais, conhecimentos compartilhados, expectativas, gêneros, instituições e condições históricas envolvidas. Uma conversa familiar, uma aula, uma notícia, uma decisão judicial, uma postagem em rede social, uma oração religiosa e um artigo científico são práticas de linguagem diferentes porque ocorrem em contextos diferentes e obedecem a finalidades comunicativas distintas.

A linguagem também é histórica, porque os sentidos mudam ao longo do tempo. Palavras ganham novos significados, expressões deixam de circular, formas de tratamento se transformam, novos gêneros surgem e práticas discursivas se modificam conforme mudanças sociais, tecnológicas e culturais. A linguagem digital, por exemplo, ampliou a circulação de textos multimodais, combinando escrita, imagem, áudio, vídeo, hiperlinks, emojis e interações rápidas. Isso mostra que a linguagem acompanha as formas de organização da sociedade e, ao mesmo tempo, participa de sua transformação.

► Principais concepções de língua e linguagem

Concepção tradicional e normativa

A concepção tradicional de língua valoriza principalmente a norma-padrão, a correção gramatical e o estudo das regras consideradas legítimas por instituições escolares, acadêmicas e oficiais. Nessa perspectiva, aprender língua muitas vezes significa aprender a escrever e falar conforme um modelo prestigiado socialmente. A gramática normativa ocupa lugar central, pois define usos tidos como corretos e incorretos, orientando concordância, regência, colocação pronominal, pontuação, ortografia e organização sintática.

Essa concepção teve forte presença no ensino de Língua Portuguesa. Durante muito tempo, as aulas foram organizadas em torno de nomenclaturas gramaticais, exercícios de classificação, correção de frases e memorização de regras. O texto,

quando aparecia, muitas vezes servia apenas como pretexto para retirar exemplos de substantivos, verbos, sujeitos, predicados ou orações. A leitura e a escrita, nesse modelo, podiam ficar subordinadas à análise formal.

Entretanto, é importante evitar uma rejeição simplista da norma-padrão. O domínio da variedade socialmente prestigiada da língua é um direito dos estudantes, pois ela circula em exames, documentos oficiais, textos acadêmicos, processos seletivos, ambientes profissionais e espaços de participação pública. O problema não está em ensinar norma-padrão, mas em tratá-la como única forma legítima de linguagem e em desvalorizar as variedades linguísticas dos estudantes. Um ensino democrático deve ensinar a norma-padrão sem discriminar os modos de fala dos diferentes grupos sociais.

Concepção estruturalista e língua como sistema de relações

A concepção estruturalista compreende a língua como sistema de signos organizado por relações internas. Nessa perspectiva, cada elemento linguístico possui valor não isoladamente, mas em relação aos demais elementos do sistema. Uma palavra, um som ou uma estrutura gramatical só pode ser compreendida porque se diferencia de outras unidades. Essa abordagem contribuiu para estudar a língua de modo científico, observando regularidades, oposições e regras de funcionamento.

O estruturalismo ajudou a deslocar o estudo da língua de uma visão apenas prescritiva para uma visão descritiva. Em vez de perguntar somente como os falantes deveriam falar ou escrever, passou-se a observar como a língua funciona. Essa mudança foi importante para a linguística, pois permitiu analisar sons, morfemas, palavras e frases como partes de uma estrutura organizada. No entanto, quando essa concepção é tomada de forma isolada, pode deixar em segundo plano o sujeito, a história, o contexto e as relações sociais envolvidas no uso da linguagem.

No ensino, uma abordagem exclusivamente estrutural tende a trabalhar a língua como objeto fechado, distante dos textos reais e das práticas comunicativas. O estudante aprende a identificar estruturas, mas pode não compreender como elas produzem efeitos de sentido em uma notícia, uma crônica, uma propaganda, uma conversa, uma entrevista ou um artigo de opinião. Por isso, a análise da estrutura linguística deve estar articulada ao uso, ao texto e ao discurso.

Concepções sociolinguísticas, enunciativas e discursivas

As concepções sociolinguísticas compreendem a língua como fenômeno variável, socialmente situado e atravessado por fatores como região, classe social, idade, escolaridade, gênero, profissão, grupo cultural e situação comunicativa. Essa perspectiva mostra que a variação linguística não é erro, mas característica constitutiva das línguas naturais. Os falantes adaptam sua linguagem conforme contextos e interlocutores, e diferentes variedades possuem regras próprias de funcionamento. Assim, a escola precisa combater o preconceito linguístico e ensinar adequação linguística, mostrando que há diferentes formas de falar e escrever, cada uma vinculada a situações sociais específicas.

As concepções enunciativas enfatizam a linguagem como ato de enunciação. Isso significa considerar quem fala, para quem fala, em que situação, com que intenção, a partir de que posição e produzindo quais efeitos de sentido. O enunciado não é apenas uma frase gramatical; é uma produção situada, marcada por

interlocutores e contexto. Uma mesma frase pode ter sentidos diferentes dependendo da situação. A expressão “que bonito”, por exemplo, pode indicar elogio sincero, ironia, crítica ou surpresa, conforme o tom, o contexto e a relação entre os interlocutores.

As concepções discursivas avançam ainda mais ao compreender a linguagem como prática social atravessada por ideologia, poder, memória, história e disputas de sentido. Nessa perspectiva, os textos não apenas comunicam informações; eles também constroem imagens de mundo, posições sociais, identidades, silenciamentos e formas de compreender a realidade. Um discurso político, uma reportagem, uma propaganda, uma charge ou um livro didático não são neutros. Todos organizam sentidos a partir de determinadas escolhas linguísticas, visuais e argumentativas.

Para visualizar melhor essas concepções, é possível compará-las por seu foco principal:

- Na concepção normativa, o foco está na correção, na norma-padrão e nas regras socialmente valorizadas de uso da língua.
- Na concepção estruturalista, o foco está na língua como sistema de signos, organizado por relações internas entre seus elementos.
- Na concepção sociolinguística, o foco está na variação linguística, nos usos sociais da língua e no combate ao preconceito linguístico.
- Na concepção enunciativa, o foco está na situação de enunciação, nos interlocutores, nas intenções e nos sentidos produzidos no uso concreto da linguagem.
- Na concepção discursiva, o foco está na relação entre linguagem, história, ideologia, poder, sujeito e produção social dos sentidos.

Essas concepções não precisam ser vistas apenas como etapas que se substituem totalmente. No ensino, elas podem dialogar, desde que se reconheça que a língua não é apenas norma ou estrutura, mas prática social viva.

► Sujeito, sociedade, contexto e sentido

O sujeito como produtor de sentidos

Nas concepções interacionais, enunciativas e discursivas, o sujeito não é visto como alguém que simplesmente usa uma língua pronta para transmitir pensamentos já formados. Ele é produtor de sentidos em interação com outros sujeitos. Ao falar, escrever, ler ou escutar, o sujeito seleciona palavras, organiza argumentos, adota posições, responde a discursos anteriores e antecipa possíveis reações dos interlocutores. Mesmo quando parece apenas reproduzir uma frase comum, ele participa de uma rede social de sentidos.

Essa ideia é fundamental para compreender a leitura e a escrita. Ler não é apenas decodificar palavras; é interpretar, relacionar informações, mobilizar conhecimentos prévios, reconhecer marcas linguísticas, perceber implícitos e construir sentidos em diálogo com o texto. Escrever não é apenas aplicar regras gramaticais; é planejar, selecionar informações, considerar o destinatário, organizar ideias, escolher um gênero, revisar e produzir efeitos de sentido. Falar e escutar também são práticas complexas, pois envolvem turnos de fala, adequação, argumentação, entonação, gestos e compreensão do outro.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!